

1 – PROJETO BRA/23/021

Fortalecimento da Política Nacional de Arquivos e do Conselho Nacional de Arquivos

2 – VÍNCULO COM O PRODOC

Produto 2: Estratégia de territorialização da Política Nacional de Arquivos.

Atividade 2.2: Mapeamento de Arquivos Comunitários.

3 – PERFIL

Consultor(a) individual, na modalidade produto, com experiência em projetos com o governo federal e com organismos internacionais.

4 – OBJETIVO / FINALIDADE DA CONSULTORIA

Contratação de 1 um(a) Consultor(a), pessoa física, para elaborar mapeamento de arquivos comunitários como estratégia de territorialização da Política Nacional de Arquivos.

5 – ANTECEDENTES/JUSTIFICATIVA

Os arquivos comunitários são estruturas que dão respostas à preocupação de grupos sociais muitas vezes subrepresentados em arquivos públicos acerca dos próprios registros. São estratégicos para a valorização de suas identidades, a promoção do empoderamento coletivo e a visibilidade social. Estão fortemente representados grupos sociais cuja memória tem sido negligenciada, entre eles as populações indígenas, os povos tradicionais, a população negra, os movimentos sociais, as mulheres, a população LGBTQIA+.

As lutas permanentes por direito à memória que dão forma às transformações assistidas nas últimas décadas são um forte sintoma de que existe, por parte da população brasileira, repertório suficiente para demandar uma história mais abrangente, em que haja espaço para reconhecer a presença dos grupos acima mencionados, muito além do lugar de coadjuvantes. Nesse sentido, devem ser considerados sujeitos centrais na atualização de rotinas dos arquivos e na modelagem de uma nova concepção de participação social e de institucionalização de arquivos. Tudo isso como gestos fundamentais para a promoção de reparação e justiça social.

O projeto de cooperação BRA/23/021 Fortalecimento da Política Nacional de Arquivos e do Conselho Nacional de Arquivos apoia tecnicamente esforços inéditos do Estado brasileiro para integrar à Política Nacional de Arquivos iniciativas de memória de segmentos historicamente negligenciados e que têm se evidenciado nas rotinas de arquivos públicos, privados e cada vez mais de arquivos comunitários. Assim, representa um esforço de redução de desigualdades, já que permitirá o reconhecimento de direitos por parte desses grupos sociais

(por meio da visibilidade social) e abrirá espaço para medidas de reparação histórica.

Os resultados desta consultoria têm foco na produção de subsídios para apoiar o esforço inédito da Política Nacional de Arquivos para fortalecer os arquivos nos estados e municípios no reconhecimento das experiências dos arquivos comunitários, que têm se firmado como sujeitos relevantes para a promoção do direito à memória no Brasil e no mundo.

O mapeamento de Arquivos Comunitários é um instrumento relevante no desenho de uma estratégia de territorialização da Política Nacional de Arquivos, levando em conta as diferentes características identificadas nos territórios, tendo como objetivo principal sensibilizar e mobilizar setores da sociedade envolvidos com a gestão de documentos presentes em acervos permanentes, intermediários e correntes.

6 – NÚMERO DE CONTRATAÇÕES PREVISTAS

01 (uma) consultoria.

7 – PRODUTOS E ATIVIDADES DA CONSULTORIA

Produto 01: Relatório de Análise de Cenários acerca dos Arquivos Comunitários.

Valor do produto: R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais).

Atividades vinculadas ao produto: Documentar discussões sobre os Arquivos Comunitários. Produzir relatório sobre as iniciativas e atividades relacionadas aos Arquivos Comunitários no Brasil e os diálogos que o Arquivo Nacional tem realizado de aproximação e reconhecimento desse segmento na Política Nacional de Arquivos, bem como em perspectiva internacional.

Produto Final: Documento, em língua portuguesa, de Relatório de Análise de Cenários, identificando fatores e dados sobre os Arquivos Comunitários.

Data de previsão de entrega do produto: 65 dias a partir da data de contratação.

Produto 02: Planejamento, mobilização e assistência técnica para realização de de evento virtual sobre Arquivos Comunitários no âmbito da 2ª Conferência Nacional de Arquivos, prevista para 2025.

Valor do produto: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Atividades vinculadas ao produto: Elaborar ação de sensibilização para o cadastro das instituições arquivísticas comunitárias no Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos (Codearq). Elaborar campanha de mobilização preparatória durante as etapas preparatórias da 2ª Conferência Nacional de Arquivos, com vistas à ampliação da participação dos Arquivos Comunitários nesse instrumento de participação social. Articular com o Arquivo Nacional, atividades de mobilização e sensibilização, junto aos Arquivos Comunitários. Elaborar relatório e ata das ações de mobilização e sensibilização realizadas e propor atualização no Cadastro, de modo a reconhecer as especificidades dos Arquivos Comunitários.

Produto Final: Relatório descritivo contendo ações de planejamento, mobilização, produção, sistematização de discussões e resultados de seminário virtual internacional sobre os Arquivos Comunitários e sua relevância para o fortalecimento do Sistema e da Política Nacional de Arquivos.

Data de previsão de entrega do produto: 90 dias a partir da data de contratação.

Produto 03: Relatório técnico contendo mapeamento de Arquivos Comunitários.

Valor do produto: R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais).

Atividades vinculadas ao produto: Realizar levantamento e análise dos modelos de Arquivos Comunitários identificados no Brasil. Produzir mapa territorial dos Arquivos Comunitários.

Produto Final: Documento contendo informações do mapeamento realizado de Arquivos Comunitários. O documento deverá conter o detalhamento dos aspectos relacionados sobre os modelos, características, matrizes de gestão documental, territorialidade do mapeamento realizado, além de outras informações relevantes.

Data de previsão de entrega do produto: 120 dias a partir da data de contratação.

8 - INSUMOS PARA O DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS DE CONSULTORIA

É de responsabilidade do Arquivo Nacional, secretaria integrante da estrutura regimental do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI):

- Apoiar no acesso da documentação já disponível para realização dos produtos durante a vigência do contrato ou indicar meios para obtê-la;
- Promover o contato entre o(a) consultor(a) e as equipes técnicas a serem envolvidas nos trabalhos;
- Realizar articulações necessárias internamente ao Arquivo Nacional e com os demais órgãos singulares do MGI para facilitar a execução dos serviços previstos neste Termo de Referência, em tempo hábil ao cumprimento do cronograma estabelecido;
- Promover reuniões periódicas de feedback da atuação do(a) consultor(a), em que poderão ser alinhados pontos de melhoria da atuação do(a) consultor(a) e dos servidores do Arquivo Nacional e do MGI.

Para a realização dos trabalhos, o(a) **CONTRATADO(A)** deverá contar com recursos humanos, materiais e logísticos suficientes para o desempenho de todas as atividades propostas, a fim de garantir o cumprimento dos prazos e a qualidade dos serviços de acordo com as orientações deste Termo de Referência e do Arquivo Nacional.

9 - LOCAL DE TRABALHO

O trabalho será desenvolvido à distância, sendo que, nessa modalidade, o(a) consultor(a) deverá dispor de todas as ferramentas e insumos necessários à realização das atividades, os quais serão, integralmente, por ele(a) suportados. O(A) consultor(a) poderá ser convocado(a) para comparecer a um dos endereços do Arquivo Nacional em Brasília/DF ou no Rio de Janeiro/RJ para apresentar relatório de progresso das atividades da consultoria e coletar subsídios necessários para realização dos trabalhos.

9.1 - PREVISÃO DE VIAGEM DE TRABALHO

Com efeito, eventualmente, poderão ser necessárias viagens para realização de visitas técnicas ou participação em eventos públicos para levantamento de dados necessários à consecução dos trabalhos de consultoria em tela e em outras atividades na elaboração do mapeamento dos Arquivos Comunitários.

A agenda de trabalho será pactuada entre o Arquivo Nacional e o(a) consultor(a). Havendo necessidade, desde que previamente autorizados, os deslocamentos aéreos e de outras naturezas, necessários ao cumprimento das atividades desta consultoria, serão integralmente absorvidos pelo projeto, nos termos e limites estabelecidos pelo PNUD.

O custeio dos deslocamentos está condicionado à autorização prévia da Direção do Projeto.

A Prestação de Contas da viagem é composta de: comprovante de embarque e Relatório de Viagem, que deverão ser apresentados à Coordenação do Projeto no prazo máximo de 10 (dez) dias após a realização da viagem.

O deslocamento decorrente de mudança de moradia/domicílio para desenvolvimento da consultoria não caracteriza viagem a trabalho e deve ocorrer, se necessário, às expensas do contratado.

10 – VIGÊNCIA DO CONTRATO

O contrato terá vigência até 150 dias, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ter seu prazo aditado, mediante manifestação das partes interessadas.

11 - REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO DO CONTRATADO

11.1 – Qualificação mínima obrigatória (eliminatória):

- a) Diploma de graduação em Arquivologia, História, Ciência da Informação, Comunicação, Ciências Sociais, Ciência Política, Administração Pública ou outras áreas relacionadas;
- b) Fluência em português, e leitura instrumental em inglês e espanhol, ao ponto de ter capacidade para analisar estudos e normativos e participar de eventos;
- c) Experiência profissional em projetos junto ao governo federal;
- d) Experiência na elaboração de estudos, pesquisas, relatórios e/ou análises para subsidiar com informações e evidências as partes interessadas.

11.2 – Qualificação desejável (classificatória - pontuável):

- a) Pós-graduação em nível de especialização *latu sensu* em Arquivologia, História, Ciência da Informação, Comunicação, Ciências Sociais, Ciência Política, Administração Pública ou outras áreas relacionadas;
- b) Diploma de mestrado ou equivalente em Arquivologia, História, Ciência da Informação, Comunicação, Ciências Sociais, Ciência Política, Administração Pública ou outras áreas relacionadas;
- c) Diploma de doutorado em Arquivologia, História, Ciência da Informação, Comunicação, Ciências Sociais, Ciência Política, Administração Pública ou outras áreas relacionadas;
- d) Experiência em gestão pública;
- e) Experiência profissional em articulação institucional.

12 – CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS

Consultor 1

Produto	Pagamento	Data esperada de entrega a partir da assinatura do contrato (dias)	Valor (R\$)
	(%)		
Produto 01: Relatório de Análise de Cenários acerca dos Arquivos Comunitários.	31	70	R\$ 16.000
Produto 02: Organização e mobilização de atividades no âmbito da Semana Nacional de Arquivos.	38	100	R\$ 20.000
Produto 03: Relatório técnico contendo mapeamento de Arquivos Comunitários.	31	120	R\$ 16.000
Total	100%	120	R\$ 52.000

13 – FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS

Caberá ao Arquivo Nacional, e ao quadro a ele correlato, a avaliação técnica dos produtos desenvolvidos no âmbito desta consultoria, sob a validação da Direção-Geral do AN e do PNUD. Os direitos de publicação são do PNUD e serão cedidos ao Arquivo Nacional sem qualquer ônus, com a devida atribuição dos créditos.

Os produtos deverão ser encaminhados à Supervisão Técnica para avaliação até a data prevista no contrato. O produto elaborado requer ineditismo. Não serão aceitos produtos que apresentem mera reprodução de conteúdos da internet ou de livros de outros autores sem os créditos devidos ou, ainda, sem que tais conteúdos sejam minimamente tratados/analizados pelo(a) consultor(a). Também não serão aceitos produtos que apresentem textos já escritos pelo(a) consultor(a) em outros produtos ou publicações sem referência a eles.

Os produtos deverão ser entregues sob a forma de documentos técnicos em versão preliminar, enviados por e-mail e, após aprovação, em versão definitiva enviada por e-mail. Todos os relatórios deverão ser entregues em versão editável (por exemplo, se de editor de texto, em “.doc” ou “.docx”; se de editor de planilha, em “.xls” ou “.xlsx”, e assim por diante) além de uma cópia em formato “.pdf”, de acordo com o que for estabelecido pelo supervisor da consultoria.

Os documentos técnicos deverão ser redigidos em língua portuguesa de forma clara, objetiva e deverão conter as referências bibliográficas e fontes das informações mencionadas, conforme normas da ABNT.

Arquivos corrompidos ou com defeitos que impeçam a sua visualização não serão considerados até que sejam repostos pelo(a) consultor(a). A aprovação do produto ficará condicionada a essa reposição.

A Coordenação do Projeto reserva o direito de devolver ao(à) consultor(a) os produtos que não se adequarem aos objetivos deste Termo de Referência, para correção ou reelaboração, observados os prazos estipulados para reenvio do novo documento.

Toda documentação deve ser encaminhada à Supervisão do Contrato por meio de Protocolo de Entrega de Produto.

A aceitação e autorização para pagamento de cada produto estão condicionadas ao atendimento integral deste Termo de Referência.

Os prazos e acordos previstos nesse Termo de Referência devem ser rigorosamente cumpridos.

14 - PROCESSO SELETIVO

Os(as) candidatos(as) serão classificados(as) mediante processo seletivo composto de duas fases. A primeira fase compreende a análise curricular e valerá 65 pontos. A segunda fase consistirá em entrevista, que valerá 35 pontos. A pontuação final do processo seletivo, somando-se as pontuações das duas fases, totalizará o máximo de 100 pontos.

Análise do *Curriculum Vitae*: os currículos válidos recebidos dentro do prazo serão classificados por meio de critério objetivo de pontuação que considerará a obtenção de títulos acadêmico-profissionais e a experiência profissional, conforme quadro do item 12.2. As pontuações individuais para o componente de análise curricular serão atribuídas de acordo com as informações do(a) candidato(a) apresentadas no *Curriculum Vitae*. Para tanto, é importante que o(a) candidato(a) indique com precisão em seu *Curriculum Vitae* as experiências profissionais requeridas, tanto na parte obrigatória como na parte pontuável, de forma que o Comitê de Avaliação possa realizar a análise adequada.

O(a) candidato(a) deverá comprovar a sua experiência profissional e/ou sua titulação mediante os seguintes documentos comprobatórios: apresentação de diplomas/certificados válidos reconhecidos pelo Ministério da Educação - MEC (na impossibilidade de apresentação da cópia dos diplomas/certificados correspondentes aos títulos, será aceita, alternativamente, cópia da ata de defesa do trabalho final, como monografia, dissertação ou tese, acompanhada do respectivo histórico escolar); declaração do empregador com a descrição da atividade e sua duração, cópia de publicação de portarias de nomeação em diários oficiais (municipais, estaduais ou da União) e/ou contratos de consultorias já realizadas. Publicações: cópia da capa e sumário da publicação em questão, ficha catalográfica em que conste o ISBN ou o ISSN pertinente ou do link de acesso à publicação.

A documentação comprobatória do(a) candidato(a), conforme as informações constantes em seu currículo e diploma, deverá ser enviada pelo(a) candidato(a) quando for chamado(a) para a entrevista, conforme as orientações do Edital.

A participação no processo seletivo implica a aceitação integral e irrevogável dos termos deste edital.

O Projeto não arcará com qualquer tipo de custo para subsidiar a participação de candidatos(as) durante o processo de seleção.

Para o prosseguimento no processo seletivo, deve haver, no mínimo, 3 (três) currículos que atendam aos requisitos obrigatórios para o perfil desta seleção. Caso contrário, as vagas que não preenchem tal requisito serão republicadas, garantindo a competitividade no processo de seleção.

Os currículos devem ser enviados em pdf, UNICAMENTE por e-mail, até o dia 12/01/2025, para prodoc@gestao.an.gov.br, devendo, OBRIGATORIAMENTE, constar no título do e-mail “Projeto BRA/23/021 – Edital 01/2025 – Mapeamento de Arquivos Comunitários”.

As inscrições que não atenderem a tais requisitos serão consideradas inválidas, sendo os(as) candidatos(as) desconsiderados(as) na continuidade do certame.

O processo seletivo tem validade de 01 (um) ano, a contar da data de publicação do edital.

A seleção simplificada é pautada pela análise de currículos e entrevista, conforme segue:

PRIMEIRA ETAPA – Análise de Currículos (Eliminatória)

Serão eliminados os currículos inscritos que não atenderem integralmente aos requisitos obrigatórios exigidos, conforme item 11 desse Termo de Referência – **qualificação obrigatória**.

SEGUNDA ETAPA – Pontuação de Currículos (Classificatória)

Esta etapa tem caráter classificatório conforme ranking de pontuação, atribuído pela Comissão de Seleção ao currículo do(a) candidato(a) habilitado(a), que se dará conforme critérios do Quadro II descrito a seguir. Somente serão analisados os currículos dos(as) candidatos(as) aceitos(as) na primeira etapa.

a) Os currículos receberão o máximo de 70 pontos, com base nos seguintes itens:

Formação acadêmica	Peso	Pontuação Máxima
Diploma de doutorado em Arquivologia, História, Ciência da Informação, Comunicação, Ciências Sociais, Ciência Política, Administração Pública ou outras áreas relacionadas*	15 (quinze) pontos para cada diploma/certificado (até o máximo de 1 (um) diploma/certificado)	15
Diploma de mestrado ou equivalente em Arquivologia, História, Ciência da Informação, Comunicação, Ciências Sociais, Ciência Política, Administração Pública ou outras áreas relacionadas*	10 (dez) pontos para cada diploma/certificado (até o máximo de 1 (um) diploma/certificado)	10
Pós-graduação em nível de especialização <i>latu sensu</i> em Arquivologia, História, Ciência da Informação, Comunicação, Ciências Sociais, Ciência Política, Administração Pública ou outras áreas relacionadas*	5 (cinco) pontos para cada diploma/certificado (até o máximo de 1 (um) diploma/certificado)	5

Total:		30 pontos

Experiência Profissional	Peso	Pontuação Máxima
Experiência em coordenação de redes ou condução de processos participativos no setor público, acima de 2 (dois) anos, que é o mínimo exigido*	2 (dois) pontos para cada ano adicional de trabalho (até o máximo de 10 experiências comprovadas/certificados)	20
Experiência profissional em articulação institucional	2 (dois) pontos para cada ano adicional de trabalho (até o máximo de 10 experiências comprovadas/certificados)	20
Total:		40 pontos

**Documentos comprobatórios aceitos: apresentação de diplomas/certificados válidos reconhecidos pelo Ministério da Educação - MEC (Na impossibilidade de apresentação da cópia dos diplomas/certificados correspondentes aos títulos, será aceita, alternativamente, cópia da ata de defesa do trabalho final, como monografia, dissertação ou tese, acompanhada do respectivo histórico escolar); declaração do empregador com a descrição da atividade e sua duração, cópia de publicação de portarias de nomeação em diários oficiais (municipais, estaduais ou da União) e/ou contratos de consultorias já realizadas. Publicações: cópia da capa e sumário da publicação em questão, ficha catalográfica em que conste o ISBN ou o ISSN pertinente ou do link de acesso à publicação.*

TERCEIRA ETAPA – Entrevista

Esta etapa tem caráter classificatório e eliminatório e serão convidados(as), inicialmente, os(as) 3 (três) candidatos(as) que apresentarem maior pontuação. Serão pontuados exclusivamente os currículos válidos, ou seja, aqueles(as) que cumprirem os requisitos obrigatórios previstos no Edital. A pontuação será o resultado da análise das qualificações profissionais desejáveis de formação acadêmica e experiência profissional informadas. Será preenchida a Ficha de Avaliação de cada candidato(a), de acordo com critérios definidos nesta mesma tabela.

O(A) candidato(a) será convidado(a) por meio eletrônico e o silêncio do candidato(a) será considerado como desistência do processo de seleção, devendo ser então convidado(a) o(a) candidato(a) subsequente.

A entrevista será conduzida em português.

O(A) entrevistador(a) pontuará o candidato em conformidade com as seguintes competências pessoais:

REQUISITO	PONTUAÇÃO BASE	GRADAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Demonstração de capacidade de compreensão do trabalho que será desenvolvido, conforme proposto no Termo de Referência.	0 pontos	Será atribuída pontuação de 0 a 10, dependendo da percepção da capacidade do(a) candidato(a) de compreender a complexidade do trabalho proposto, se mostrando capaz para desenvolvê-lo.	10 pontos
Demonstração de adesão da experiência ao objetivo proposto para a contratação.	0 pontos	Será atribuída pontuação de 0 a 10, dependendo da percepção de adesão da experiência do candidato ao objetivo proposto para a contratação.	10 pontos

Demonstração de capacidade de realizar trabalhos em equipes multidisciplinares.	0 pontos	Será atribuída pontuação de 0 a 10, conforme identificação de características como experiência em trabalho em equipe, empatia e descrição de como lidar com situações de conflito serão consideradas.	10 pontos
TOTAL			30 pontos

Será selecionado(a) o(a) candidato(a) que alcançar a maior pontuação, considerando a soma das notas da análise curricular (70 pontos) e da entrevista (30 pontos).

Na pontuação da entrevista técnica, a seguinte escala será considerada pelos entrevistadores: de 1 (um) a 3 (três) pontos: evidência insuficiente do requisito; de 4 (quatro) a 6 (seis) pontos: evidência satisfatória do requisito; de 7 (sete) a 9 (nove) pontos: boa evidência do requisito; e 10 pontos: excelente evidência do requisito.

O(a) candidato(a) será convidado(a) por meio eletrônico ou contato telefônico e a ausência do(a) candidato(a) será considerado como desistência do processo de seleção, devendo ser então convidado(a) o(a) candidato(a) subsequente.

No momento da convocação, o(a) candidato(a) deverá apresentar os documentos comprobatórios acadêmicos e profissionais que comprovem a fidedignidade do conteúdo do currículo.

A comprovação da qualificação dar-se-á por meio de certificados de conclusão de curso, currículo com consulta a empregador pelo entrevistador e apresentação de atestados técnicos.

Caso o primeiro colocado não possa assumir a vaga, será convocado(a) o(a) candidato(a) que obtiver a segunda maior pontuação e assim sucessivamente.

Na classificação final, caso duas ou mais candidaturas terminem o certame com a mesma pontuação, considerar-se-á como desempate a pontuação no quesito Experiência Profissional, seguido pela Entrevista e, por último, a idade.

A Direção do Projeto resguarda-se ao direito de não divulgar lista de aprovados em nenhuma das fases, devendo ser remetido apenas aos mais bem classificados a comunicação de progressão de fase.

A qualquer tempo, o edital poderá ser alterado, revogado ou anulado, no todo ou em parte, seja por decisão unilateral da Direção do Projeto, seja por interesse público ou por exigência legal, sem que isso implique direitos a indenização e/ou reclamação de qualquer natureza.

15 - DIREITOS AUTORAIS:

Os direitos de publicação são do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e serão cedidos ao Arquivo Nacional sem qualquer ônus, com a devida atribuição de créditos ao PNUD.

O(A) contratado(a) poderá reter cópia das entregas indicadas no item 7, mas sua utilização para fins diversos do objeto deste instrumento e sua reprodução total ou parcial dependerá de autorização prévia e expressa do Arquivo Nacional, mesmo depois de encerrado o contrato.

16 - OBSERVAÇÕES:

Os pagamentos serão efetuados apenas após apresentação e aprovação dos produtos atestados pelos responsáveis pelo Projeto.

A execução dos trabalhos previstos neste Termo de Referência não implica em qualquer relação de emprego ou vínculo trabalhista.

17 CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO:

17.1 - Em atenção ao Decreto 5.151/2004, não serão admitidos no âmbito dos acordos de cooperação técnica ou instrumentos congêneres, servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como empregados de suas subsidiárias e controladas.

a) É permitida a contratação de professor universitário, inclusive os de dedicação exclusiva, para realização de pesquisas e estudos de excelência, desde que: (i) haja declaração do chefe imediato e do dirigente máximo do órgão de origem atestando a inexistência de incompatibilidade de horários e de comprometimento das atividades atribuídas; (ii) os projetos de pesquisas e estudos sejam aprovados pelo dirigente máximo do órgão ou da entidade ao qual esteja vinculado o professor.

b) A declaração prevista neste item deverá ser entregue no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data de realização da convocação. Findo o prazo, sem a correspondente entrega, o candidato estará automaticamente eliminado do certame, convocando-se o candidato seguinte na classificação.

17.2 - A contratação de serviços de consultoria somente será autorizada para execução de atividades que, comprovadamente, não possam ser desempenhadas por servidores deste órgão, publicando-se, no Diário Oficial da União o extrato do contrato, o qual deverá conter: a justificativa da contratação; a identificação do responsável pela execução do contrato; a descrição completa do objeto do contrato; a identificação do contratado; o custo total do contrato; a fonte de recurso do contrato; a vigência do contrato e a data de assinatura do contrato.

17.3 - Em conformidade com a Portaria MRE nº 8/2017 “É vedada a contratação de consultor que já esteja cumprindo contrato de consultoria por produto vinculado ao projeto de cooperação técnica internacional”. A nova contratação está condicionada ao cumprimento de interstícios, a saber:

a) 90 (noventa) dias para contratação no mesmo projeto;

b) 45 (quarenta e cinco) dias para contratação em projetos diferentes, executados pelo mesmo órgão ou entidade executora;

c) 30 (trinta) dias para contratação para projetos executados em diferentes órgãos ou entidades executoras.

17.4 - É permitida a contratação de bolsista de Instituição Federal (CAPES e CNPq), desde que observado o estabelecido na Portaria Conjunta Nº 1, de 15 de julho de 2010, DOU 16/07/2010.

17.5 - Regime Jurídico: a execução dos trabalhos previstos não implica em qualquer relação de emprego ou vínculo trabalhista, sendo, portanto, regido sem subordinação jurídica conforme prevê o § 9º do art. 4º do Decreto nº 5.151/2004.

17.6 - A qualquer tempo, o presente edital poderá ser alterado, revogado ou anulado, no todo ou em parte, seja por decisão unilateral da Direção do Projeto, seja por interesse público ou de exigência legal, sem que isso implique em direitos a indenização e/ou reclamação de qualquer natureza.